



GT – 14: Mobilidade, migração e espaço urbano

MIGRAÇÕES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINA GRANDE (RMCG): ANÁLISE A PARTIR DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010

Weyne Saraiva Bezerra Neto:
Universidade Regional do Cariri (URCA):
weyne.bezerra@urca.br:

Silvana Nunes de Queiroz:
Universidade Regional do Cariri (URCA):
silvana.queiroz@urca.br:

Ricardo Monteiro de Carvalho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
ricardo.monteiro.011@ufrn.edu.br

RESUMO: Esse estudo tem como objetivo analisar os movimentos migratórios da e para Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), a partir de três fluxos: inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância), no quinquênio de 2005/2010. Para tanto, os microdados do Censo Demográfico de 2010, fornecidos pelo IBGE, são a principal fonte de informações. Os principais resultados mostram perda populacional nos três fluxos, sendo a mais significativa no de longa distância (inter-regional), seguido pelo de curta. Em nível municipal, chama a atenção as emigrações de Campina Grande, principalmente referente ao fluxo intraestadual (curta distância).

Palavras-chave: Migrações, Paraíba, RMCG.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da metade do século XX, justificado principalmente pelo processo de industrialização, as migrações foram caracterizadas por transferências populacionais de natureza interestadual ou de longa distância, com prevalência dos fluxos para o Sudeste, resultando em concentração populacional. No entanto, já nos anos de 1980, com o processo de desconcentração das atividades econômicas, esses tipos de deslocamentos passam por um processo de arrefecimento, reduzindo as transferências populacionais de longa distância (Baeninger, 2011).

Outro fator que pode ter influenciado na modificação da dinâmica migratória pode ser associado as novas legislaturas provenientes na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que descentralizou a criação de Regiões Metropolitanas da União, transferindo a responsabilidade para as Unidades Federativas. Assim sendo, a partir do Art. 25 e § 3º, passou a ser facultado aos Estados estabelecerem os critérios mínimos para justificar a criação de novas RMs ou alterar a composição das já existentes (Brasil, 1988; Firkowski, 2013).

Rodrigues e Silva, Marcos da Silva e Miranda (2018) apontam que em 2010 existiam 36 Regiões Metropolitanas instituídas no Brasil. Por sua vez, o estado da Paraíba possuía somente duas, as de João Pessoa (RMJP) e a de Campina Grande (RMCG) mas, a partir de 2012, seguindo a tendência nacional, o volume de projetos de lei para a formação de novas metrópoles cresceu significativamente, fazendo com que o estado contemple 12 Regiões Metropolitanas, no qual muitas delas foram instituídas sem critérios. Portanto, dos 223 municípios paraibanos, mais da metade, 151 ou 67,71% fazem parte de uma RM.

Diante disso, especificamente em 2009 e a partir da Lei Complementar nº 92 do mesmo ano, foi criada a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), alvo deste estudo, no qual inicialmente contou com 23 municípios: Alagoa Nova, Areial, Aroeiras, Barra de Santana, Boa Vista, Boqueirão, Caturité, Esperança, Fagundes, Gado Bravo, Ingá, Itatuba, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Pocinhos, Puxinanã, Queimadas, Riachão de Bacamarte, São Sebastião da Lagoa de Roça, Serra Redonda, além do núcleo metropolitano Campina Grande (Paraíba, 2009).

Contudo, a metrópole passou por três alterações em sua composição. A primeira, através da Lei Complementar nº 98, de 2010, no qual introduziu os municípios de Alcantil, Natuba, Remígio, Santa Cecília e Umbuzeiro. Por sua vez, a segunda modificação veio pela Lei

Complementar nº 106, de 2012, onde a partir da instituição da Região Metropolitana de Esperança (RME), sete municípios foram excluídos, sendo eles: Alagoa Nova, Areal, Esperança, Montadas, Pocinhos, Remígio e São Sebastião da Lagoa da Roça. Por fim, a terceira mudança se deu a partir da Lei Complementar nº 118, de 2013, que criou a Região Metropolitana de Itabaiana (RMI), reduzindo 2 (dois) municípios: Ingá e Riachão do Bacamarte. Portanto, atualmente, conta 19 municípios integrantes (Paraíba, 2010; 2012; 2013).

A literatura possui uma agenda de pesquisas sobre migrações nas Regiões Metropolitanas localizadas no interior do Nordeste, no entanto, pouco se sabe sobre a dinâmica migratória na RMCG. Diante disso, este estudo tem como principal objetivo analisar as migrações da e para a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), a partir dos fluxos inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância). Para tanto, além desta introdução, o estudo conta com mais três seções. A segunda mostra os procedimentos metodológicos. A terceira apresenta os resultados e discute os achados. Por último, a quarta seção trata das considerações finais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Recorte espacial, temporal e fonte de dados

A área deste estudo é a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), localizada no estado da Paraíba, situado no Nordeste brasileiro. É composta por 19 municípios e em 2010 tinha uma população de 606.407 habitantes. Quanto ao recorte temporal, contempla o ano de 2010 e por isso, a principal fonte de informações são os microdados do Censo Demográfico do mesmo ano, captados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dado que até a presente data, os microdados sobre migrações no Censo Demográfico 2022 não foram divulgados.

Figura 1. Mapa de localização da RMCG



Fonte: Elaboração própria a partir das malhas territoriais (IBGE, 2021)

2.2 Definições adotadas no estudo

Núcleo metropolitano – cidade-polo da RMCG (Campina Grande);

Entorno metropolitano – municípios que fazem parte da RMCG, exclusive a cidade-polo (Campina Grande);

Migrante Inter-regional – Indivíduo com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência do Censo Demográfico, residia em alguns dos municípios RMCG, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do levantamento) morava em outro município de outra grande região (Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) do Brasil;

Migrante Intrarregional - Indivíduo com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência do Censo Demográfico, residia em alguns dos municípios da RMCG, mas uma data fixa (exatamente cinco anos antes do levantamento), morava em outro município da mesma região (Nordeste);

Migrante Intraestadual - Indivíduo com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência da Censo Demográfico, residia em alguns dos municípios da RMCG, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do levantamento) morava em outro município do estado da Paraíba.

2.3 Indicadores de migração

Para o cálculo do volume migratório foi utilizada a Matriz Migratória, que consegue captar o total de imigrantes (I) e emigrantes (E) nos fluxos inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância), no qual é sintetizada da seguinte forma:

$$A = \begin{bmatrix} a_{11} & \cdots & a_{1j} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ a_{j1} & \cdots & a_{jj} \end{bmatrix} \quad (1)$$

a_{ij} = corresponde a saída do migrante da área i para a j ;

$\sum_{j=1}^{19} a_{ij}$: total de pessoas que emigraram (saíram) das áreas i para j ;

$\sum_{i=1}^{19} a_{ij}$: total de pessoas que imigraram (chegaram) das áreas i para j ;

$$a_{11} = a_{22} = a_{33} \dots a_{jj} = 0$$

Após mensurados os volumes de entrada e saída é possível auferir outros indicadores, como a Migração Bruta (MB), que aponta o somatório entre as imigrações e emigrações, conforme:

$$MB = I + E \quad (2)$$

E o Saldo Migratório (SM), que indica a diferença entre o total das imigrações e emigrações, de acordo com:

$$SM = I - E \quad (3)$$

Outro indicador utilizado é o Índice de Eficácia Migratória (IEM), que busca medir a capacidade de absorção ou expulsão de um determinado território. É calculado a partir da razão entre o Saldo Migratório (SM) e a Migração Bruta (MB):

$$IEM = \frac{\text{Saldo Migratório}}{\text{Migração Bruta}} \quad (4)$$

O IEM varia entre -1 e 1, onde quanto mais próximo de -1, indica ser área de perda populacional, enquanto valores próximos de 1 significa área de retenção ou atratividade migratória e, por fim, achados em torno de zero apontam para área de rotatividade migratória.

- a) -1 a -0,13: área de perda migratória;
- b) -0,12 a 0,12: área de rotatividade migratória;
- c) 0,13 a 1: área de retenção migratória.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem como objetivo descrever a dinâmica migratória da e para a RMCG, a partir dos fluxos inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância), entre o quinquênio de 2005/2010, a fim de identificar a situação da metrópole no que concerne a atração ou perda migrantes e, com isso, averiguar o seu papel na distribuição espacial da população.

Diante disso, a Tabela 1 sintetiza tal dinâmica, apontando que 83.679 indivíduos praticaram movimentos migratórios na RMCG, sendo que cerca de 38 mil foram imigrantes, ou seja, chegaram à metrópole, enquanto a maioria, mais de 45 mil deixaram e, por consequência disso, o saldo migratório despontou negativo (-6.919).

Tabela 1. Migração inter-regional, intrarregional e intraestadual da e para a RMCG – 2005/2010

Fluxo migratório	Imigração	Emigração	Saldo migratório	Migração bruta
Inter-regional	7.230	10.541	-3.311	17.771
Intrarregional	6.563	7.232	-669	13.795
Intraestadual	24.587	27.526	-2.939	52.113
Total RMCG	38.380	45.299	-6.919	83.679

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010)

Ao observar a migração bruta por fluxo, fica evidenciando que os deslocamentos de curta distância prevalecem da e para a RMCG, sendo responsável por aproximadamente 62% de toda a migração na metrópole. A migração inter-regional aparece em seguida (21,23%), contatando as perdas populacionais para fora da região nordestina. Por último, o fluxo de média distância é o menos praticado (16,48%). De acordo com Queiroz *et al.* (2020), em geral, os migrantes têm optativo cada vez mais a se deslocar dentro do próprio estado, exercendo papel fundamental na dinâmica migratória em suas Unidades Federativas.

3.1 O fluxo inter-regional (longa distância)

Para averiguar com mais detalhes a atividade migratória na RMCG referente ao fluxo de longa distância (inter-regional), a Tabela 2 apresenta que mais de 17.000 praticaram migração, envolvendo 7.230 imigrantes contra uma emigração de 10.541 pessoas, que resulta em um saldo negativo de 3.311 indivíduos.

Tabela 2. Migração inter-regional da e para a RMCG – 2005/2010

Municípios	Imigrações		Emigrações		Saldo migratório	Migração bruta
	Abs.	(%)	Abs.	(%)		
Alcantil	43	0,59	20	0,19	23	63
Aroeiras	254	3,51	674	6,39	-420	928
Barra de Santana	69	0,95	111	1,05	-42	180
Boa Vista	31	0,43	67	0,64	-36	98
Boqueirão	294	4,07	458	4,34	-164	752
Campina Grande	4.362	60,33	6.768	64,21	-2.406	11.130
Caturité	48	0,66	101	0,96	-53	149
Fagundes	213	2,95	321	3,05	-108	534
Gado Bravo	77	1,07	116	1,10	-39	193
Itatuba	96	1,33	173	1,64	-77	269
Lagoa Seca	207	2,86	459	4,35	-252	666
Massaranduba	196	2,71	80	0,76	116	276
Matinhas	16	0,22	7	0,07	9	23
Natuba	126	1,74	187	1,77	-61	313
Puxinanã	233	3,22	56	0,53	177	289
Queimadas	735	10,17	599	5,68	136	1.334
Santa Cecília	116	1,60	79	0,75	37	195
Serra Redonda	78	1,08	53	0,50	25	131
Umbuzeiro	36	0,50	212	2,01	-176	248
Total RMCG	7.230	100,00	10.541	100,00	-3.311	17.771

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010)

O município de Campina Grande, cidade-sede da metrópole, foi responsável pelo maior saldo negativo, com mais de -2.400 migrantes, seguido pelas localidades de Aroeiras e Lagoa Seca, com -420 e -252, respectivamente. Dos 19 municípios, 12 encontram-se com saldo negativo, sendo que Puxinanã, Queimadas e Massaranduba destacam-se entre os que possuem saldo positivo, com 177, 136 e 116 pessoas, respectivamente. Com referência à migração bruta, Campina Grande apresenta os maiores valores, com 11.130, seguido de longe por Aroeiras e Queimadas, com 1.334 e 928, reciprocamente.

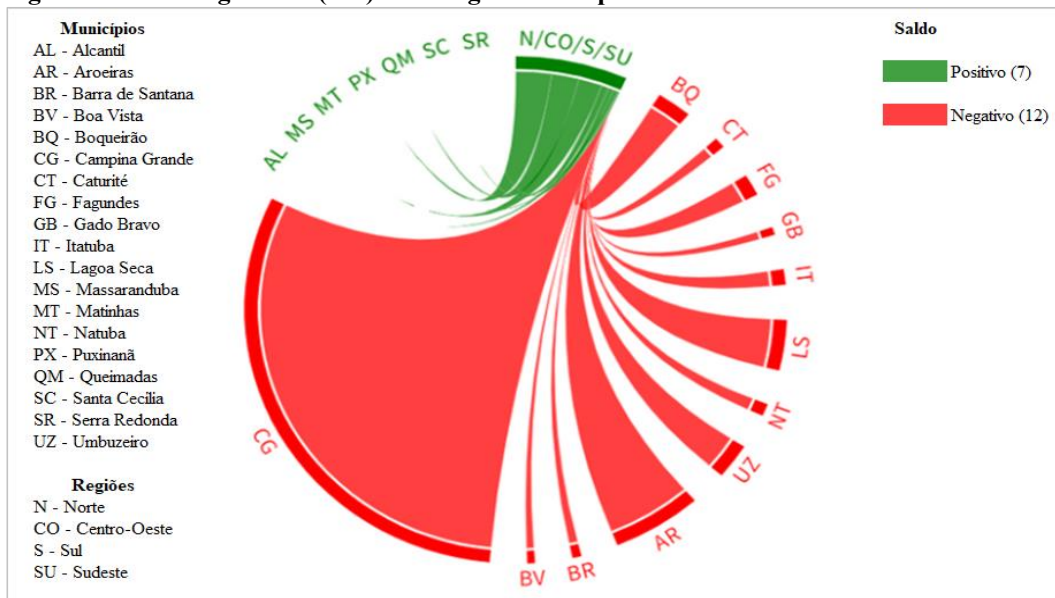
Importante ressaltar que embora tenha tido o maior volume em Migração Bruta, Campina Grande mostrou o maior nível negativo do saldo migratório. Segundo Lucas e Rigotti (2016), isso é devido a redução da migração inter-regional da região nordestina como um todo, tendo em vista que desde a década de 1990, os volumes de migração deste fluxo vêm caindo, enquanto aumenta a migração de retorno para os estados do Nordeste (Silva; Nunes; Queiroz, 2018).

Os quantitativos dos saldos migratórios podem ser vistos de maneira mais dinâmica na Figura 2, no qual o diagrama de cordas evidencia a preponderância do saldo negativo (em

vermelho, indicando a saída de emigrantes dos municípios da RMCG para as quatro grandes regiões do país) em detrimento do saldo positivo (em verde, indicando a entrada de imigrantes das quatro regiões do país). Desse modo, levando em consideração a análise de Mulíček et al. (2013), para identificar uma área como sendo uma região metropolitana, os fluxos migratórios positivos exprimem importante peso para tal qualificação, evidenciado em apenas 37% dos municípios que compõem a RMCG, o que não satisfaz de maneira geral a expectativa para uma RM de tamanho porte, mas apenas para um conjunto de sete, dos 19 municípios.

O destino do migrante que sai da Paraíba também foi preferencialmente os estados do Sudeste. Ainda que apresente uma melhora no saldo negativo, a razão pela qual municípios como Campina Grande e outros menores ainda presenciem saldos negativos está na perpetuação de movimentos migratórios que ocorriam desde a década de 1970, em busca de melhores condições de vida e trabalho, uma vez que toda a estruturação da sociedade estava voltada para o processo de concentração industrial e desenvolvimento comercial encontrando na região Sudeste, o que aparenta valer a pena percorrer todo esse trajeto (Moreno *et al.*, 2016; Queiroz; Santos, 2011).

Figura 2. Saldo Migratório (SM) inter-regional da e para a RMCG – 2005/2010

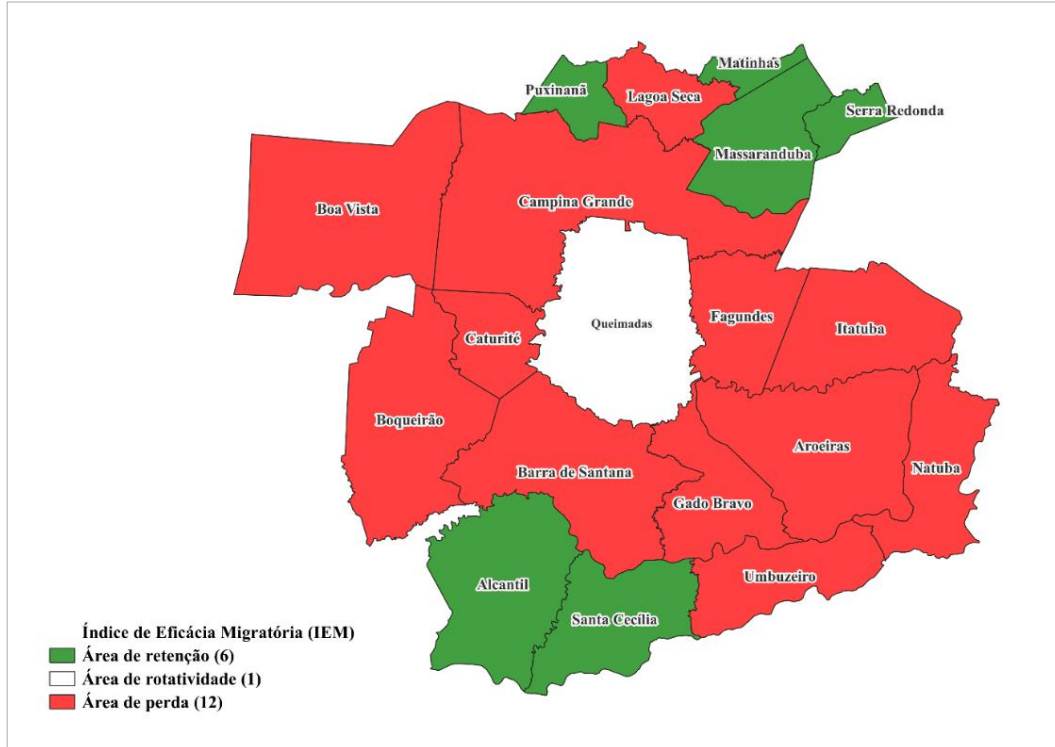


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010)

Em relação ao IEM, a partir da Figura 3 é possível levantar a contribuição de apenas um município como área de rotatividade, o de Queimadas, que teve relevante destaque tanto no saldo migratório quanto na migração bruta, considerando o mesmo fluxo. Quanto à área de retenção, seis municípios compõem esse conjunto, valor que dobra quando é analisada a área

de perda, marcando 12 municípios, inclusive tendo como um de seus elementos a cidade-sede (Campina Grande) da RMCG, ou seja, mais de 60% dos entes estão nessa situação.

Figura 3. Índice de Eficácia Migratória (IEM) inter-regional da e para a RMCG – 2005/2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010)

3.2 O fluxo intrarregional (média distância)

No que diz respeito aos deslocamentos de média distância, a Tabela 3 se encarrega de tornar claro os valores da migração intrarregional, ou seja, que ocorre no âmbito da região Nordeste. A partir disso, verifica-se que 13.795 pessoas formam o quantitativo total migrado dentro dessa dinâmica, contando com 6.563 que imigraram, enquanto 7.232 emigraram, o que ressalta o saldo negativo de 669 pessoas.

Novamente, Campina Grande coloca-se como a maior detentora do saldo migratório negativo, respondendo pela perda de 215 migrantes, logo seguida por Boqueirão e Santa Cecília, com quantitativos bem próximos, -273 e -266 migrantes, respectivamente. Por via contrária, os municípios de Queimadas, Natuna e Puxinanã destacam-se como os que mais ganham migrante, demonstrando saldo migratório positivo de 113, 81 e 63, reciprocamente. A novidade está no município de Lagoa Seca, que nem perdeu nem ganhou, permanecendo com um saldo migratório neutro.

Tabela 3. Migração intrarregional da e para a RMCG – 2005/2010

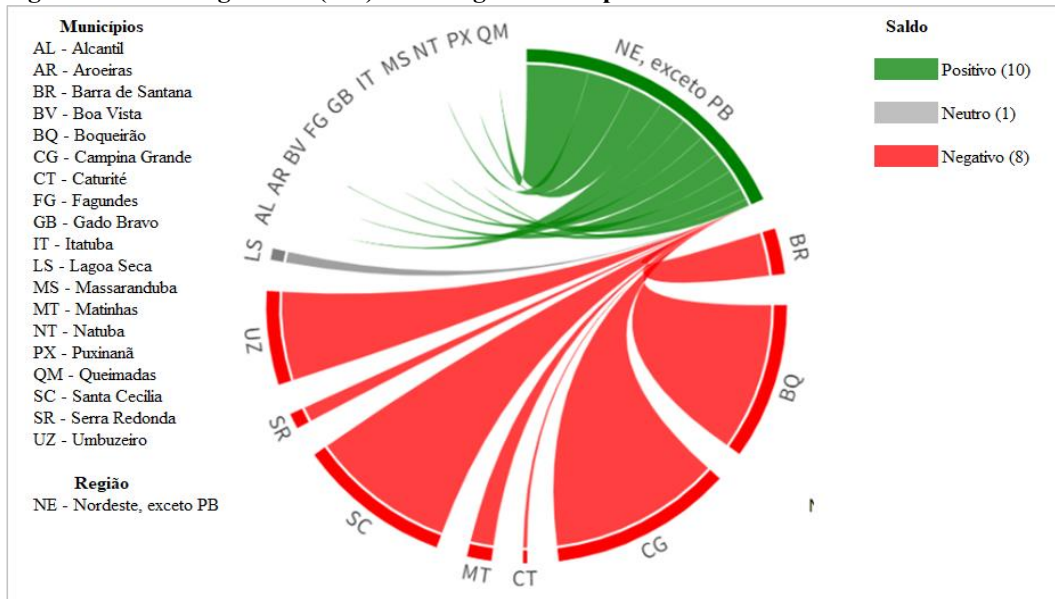
Municípios	Imigrações		Emigrações		Saldo migratório	Migração bruta
	Abs.	(%)	Abs.	(%)		
Alcantil	160	2,44	109	1,51	51	269
Aroeiras	173	2,64	128	1,77	45	301
Barra de Santana	28	0,43	108	1,49	-80	136
Boa Vista	39	0,59	0	0,00	39	39
Boqueirão	34	0,52	307	4,25	-273	341
Campina Grande	4.786	72,92	5.101	70,53	-315	9.887
Caturité	3	0,05	10	0,14	-7	13
Fagundes	41	0,62	0	0,00	41	41
Gado Bravo	58	0,88	37	0,51	21	95
Itatuba	58	0,88	20	0,28	38	78
Lagoa Seca	109	1,66	109	1,51	0	218
Massaranduba	25	0,38	12	0,17	13	37
Matinhas	1	0,02	43	0,59	-42	44
Natuba	252	3,84	171	2,36	81	423
Puxinanã	63	0,96	0	0,00	63	63
Queimadas	296	4,51	183	2,53	113	479
Santa Cecília	229	3,49	495	6,84	-266	724
Serra Redonda	9	0,14	36	0,50	-27	45
Umbuzeiro	199	3,03	363	5,02	-164	562
Total RMCG	6.563	100,00	7.232	100,00	-669	13.795

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010)

Referente à migração bruta, o município de Campina Grande segue a mesma dinâmica do fluxo inter-regional, além de posicionado como maior saldo negativo, também mostra ser o que mais movimentou pessoas, atingindo a marca de 9.887 migrantes, de maneira que os municípios que mais se aproximam deste valor, mas de longe, são os de Santa Cecília (724) e Umbuzeiro (562).

Para Ríos (2014), o elemento que traz distintividade para o processo de metropolização de um espaço, e conseqüente notação de região metropolitana, está nos indícios de positividade dos fluxos migratórios, reforçando a ideia de Mulíček et al. (2013). Nesse sentido, a Figura 4, a partir do diagrama de cordas, demonstra uma preponderância dos municípios de saldo positivo (10) contra os de saldo negativo (8), diferente do observado na Figura 2 (fluxo inter-regional), entretanto, ainda não é suficiente para positivar o aglomerado geral, que se reflete como negativo, mas mostrando um certo grau de influência, ou melhor, de atratividade quando a escala geográfica é de média distância, precisamente na região Nordeste.

Figura 4. Saldo Migratório (SM) intrarregional da e para a RMCG – 2005/2010

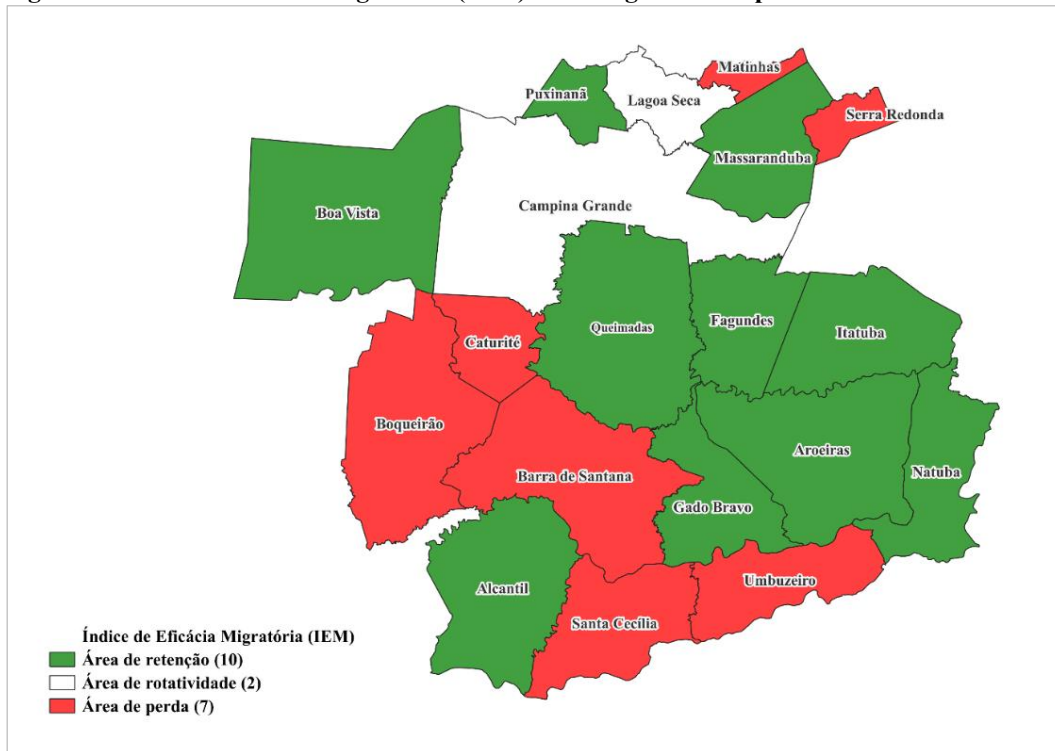


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010)

A Figura 5 verifica a contribuição dos municípios para o indicador do IEM, considerando o fluxo de média distância (intrarregional), mostrando situação que trouxe melhora, analogamente à positividade do saldo migratório, o que fez duplicar o número de áreas de rotatividade, não contando com o mesmo ente do fluxo passado, posições agora ocupadas por Campina Grande e Lagoa Seca. Na qualificação de área de retenção há uma melhora significativa, com 10 municípios, o que fez decair o índice para a área de perda, contando apenas com sete municípios, representativo de 37% do conjunto dos entes que compõem a RMCG.

É nitidamente notável a diferença existente entre os saldos migratórios entre os fluxos inter-regional e intrarregional, como fora citado. Com isso, é importante destacar que o motivo pelo qual houve uma melhora no saldo de um cenário para o outro também tem características e implicação entre um fluxo e outro. Lucas e Rigotti (2016) destacam que o processo que desfavoreceu a migração de longa distância acabou por alavancar a migração de média distância, já que os fatores econômicos, políticos e sociais, que antes eram preponderantes para a decisão de migrar para longe, agora se mostram mais atrativos em localidades mais próximas.

Figura 5. Índice de Eficácia Migratória (IEM) intrarregional da e para a RMCG – 2005/2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010)

Esse contexto pode ser notado através de um processo que trouxe melhora para o cenário econômico do Nordeste ao longo dos anos 2000 e, conseqüentemente, geração de emprego e renda, o que fez com que a busca por melhores condições de vida não estivesse apenas focada nas capitais ou centros metropolitanos, bem como em outras regiões do país, inclusive as localizadas no interior do Nordeste.

3.2 O fluxo intraestadual (curta distância)

Por fim, os quantitativos alusivos à migração intraestadual estão representados na Tabela 4, que aponta 52.113 pessoas percorrendo o fluxo citado, de curta distância, sendo que 24.587 decidiram imigrar para a RMCG, enquanto 27.526 tomaram a decisão de emigrar, situação que aponta um saldo negativo de 2.939 indivíduos.

Tratando-se do saldo migratório, novamente o município de Campina Grande posiciona-se como o que mais contribui para o saldo negativo, com perda de 3.302 pessoas, acompanhado de longe por Itatuba (-470) e Aroeiras (-406). Sob outra perspectiva, estão os municípios que mais ganharam migrantes, com destaque para Queimadas, Massaranduba e Boa Vista, reportando 989, 351 e 337 indivíduos, respectivamente.

Tabela 4. Migração intraestadual da e para a RMCG – 2005/2010

Municípios	Imigrações		Emigrações		Saldo migratório	Migração bruta
	Abs.	(%)	Abs.	(%)		
Alcantil	169	0,69	195	0,71	-26	364
Aroeiras	538	2,19	944	3,43	-406	1.482
Barra de Santana	305	1,24	673	2,44	-368	978
Boa Vista	575	2,34	238	0,86	337	813
Boqueirão	1.056	4,29	1.165	4,23	-109	2.221
Campina Grande	14.017	57,01	17.319	62,92	-3.302	31.336
Caturité	268	1,09	155	0,56	113	423
Fagundes	313	1,27	616	2,24	-303	929
Gado Bravo	263	1,07	327	1,19	-64	590
Itatuba	372	1,51	842	3,06	-470	1.214
Lagoa Seca	1.610	6,55	1.284	4,66	326	2.894
Massaranduba	764	3,11	413	1,50	351	1.177
Matinhas	147	0,60	177	0,64	-30	324
Natuba	155	0,63	239	0,87	-84	394
Puxinanã	909	3,70	697	2,53	212	1.606
Queimadas	2.463	10,02	1.474	5,35	989	3.937
Santa Cecília	176	0,72	132	0,48	44	308
Serra Redonda	320	1,30	408	1,48	-88	728
Umbuzeiro	167	0,68	228	0,83	-61	395
Total RMCG	24.587	100,00	27.526	100,00	-2.939	52.113

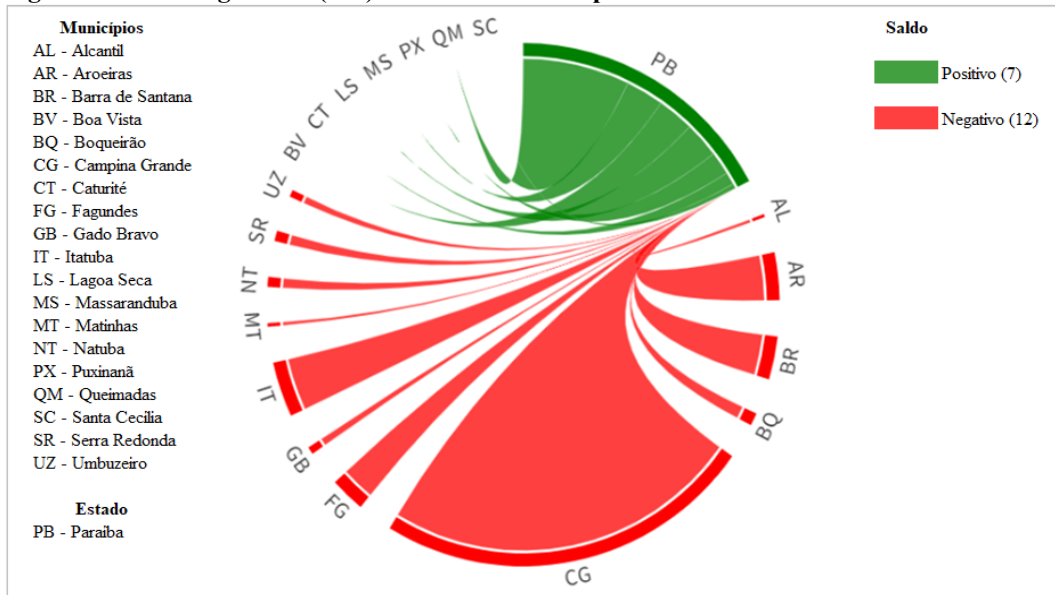
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010)

Singularmente, o município de Campina Grande conseguiu ser destaque em todos os fluxos com *status* negativo de saldo migratório, seja em nível nacional (-2.406), regional (-315) ou em nível estadual (-3.302), embora consiga ser também o que mais movimentou pessoas nos três fluxos: inter-regional (11.130), intrarregional (9.887) e intraestadual (31.336). Por outro prisma, o município de Matinhas não alcança expressão dentro da RMCG, conservando movimentações baixas nos três fluxos: inter-regional (23), intrarregional (44) e intraestadual (324).

Pertinente aos dados de migração bruta, dois destaques perpetuam-se durante os fluxos relatados, o município de Campina Grande (em evidência nos fluxos de longa e média distância), com o maior resultado dos três fluxos, esbanjando 31.336 pessoas, aproximadamente 60% da totalidade analisada e o de Queimadas (em evidência no fluxo de longa distância), que praticamente triplicou o seu montante, atingindo a marca de 3.937 indivíduos. Por fim, o município de Lagoa Seca reporta a soma de 2.894 cidadãos.

A ação conjunta dos entes que compõem uma região metropolitana é fundamental para que o espaço em questão possa transcender e afetar a dinâmica de localidades próximas, como é o caso da análise intraestadual, seja em viés demográfico (pessoas) quanto em econômico (mercadorias, serviços e emprego), pois essas vertentes expressam as principais características norteadoras para a tomada de decisão sobre migrar (Moura *et al.*, 2006). Complementarmente, o diagrama de cordas apresentado na Figura 6 versa sobre o aporte dos municípios para o saldo migratório da RMCG, de maneira que é manifestada a preponderância daqueles de saldo negativo (12) sobre os de saldo positivo (7), o que contraria a melhora que se mostrou no fluxo intrarregional, mas que também seguiu a mesma linha traçada durante as duas últimas análises, a perpetuação do saldo negativo global da RMCG.

Figura 6. Saldo Migratório (SM) intraestadual da e para a RMCG – 2005/2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010)

A perspectiva de a maior parte dos municípios serem de ordem negativa volta a marcar o saldo migratório da RMCG, agora diante do fluxo de curta distância. Como se sabe, e de forma mais concisa, em distâncias menores, ao comparar com deslocamentos inter-regionais, a decisão de migrar ganha destaque quando se trata de diferenciais de características que estejam ligadas à sobrevivência, indicativos de um cenário de desemprego, subemprego e dificuldade de inserção no mercado de trabalho local (Dota, Queiroz, 2019).

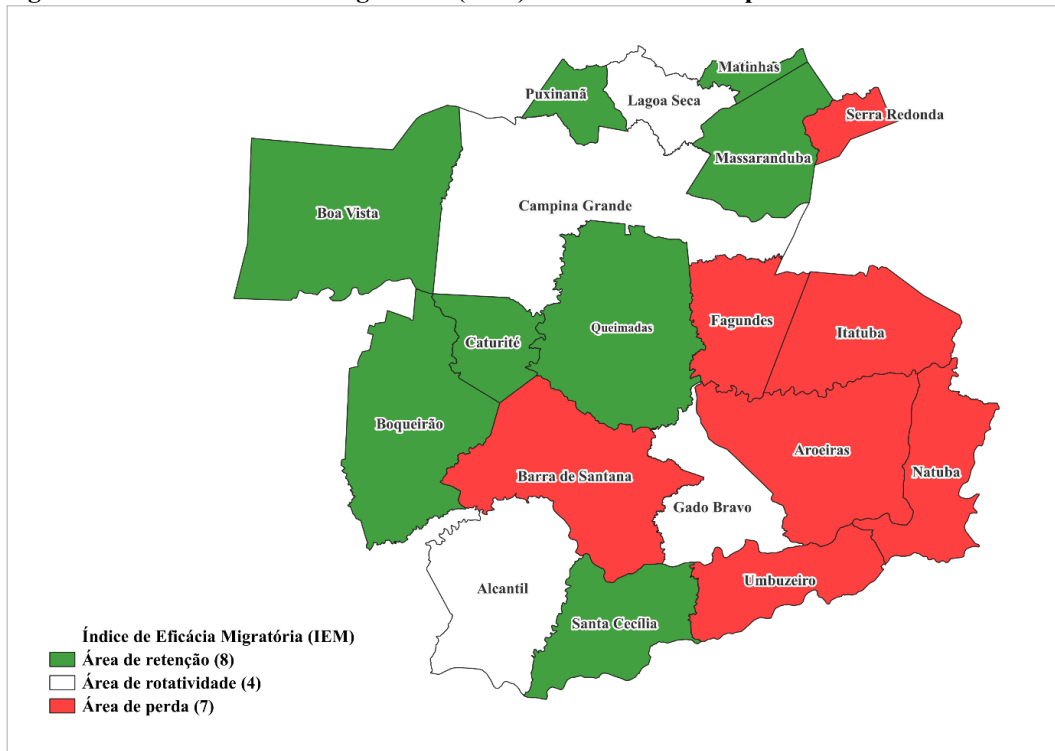
Embora a RMCG exiba relevância no cenário paraibano, a Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) consegue expor resultados melhores, além de sua cidade-sede está

qualificada pelo REGIC como Capital Regional A (qualificação superior à RMCG). Sendo assim, levando em conta o que se evidencia no Gráfico 12 (Taxa (%) de desemprego (16a e+) dos municípios da RMCG, do Nordeste e do Brasil – 2010), e diante das exposições feitas por Lima (2013), denotando a realidade da RMJP, constata-se que é possível relacionar a análise expressamente negativa do saldo migratório – em especial no município de Campina Grande – como uma preocupação empregatícia, ora se a cidade-sede (10,7%) mostra grandes índices de desemprego, ultrapassando as médias nordestina (9,63%) e nacional (7,42%), a população tende a sair de tal localidade em busca de condições melhores, vendo na RMJP uma oportunidade. A RMJP, também na Paraíba, expressou indicativos positivos de emprego formal agregado, tomando em conta a evolução entre 2003 e 2010, ao sair de 209.446 para 341.164 empregados, variação positiva de mais de 60%, agregando 58,9% dos empregos formais de todo o estado da Paraíba (579.504).

No cenário de fluxo de curta distância, a Figura 7 expõe que o indicador de IEM transparece uma nova melhora para a área de rotatividade, duplicando novamente o verificado anteriormente, adicionando os municípios de Gado Bravo e Alcantil, somando quatro entidades. Entre as áreas de retenção e perda, o contexto se equilibra, embora ainda dê preferência para a primeira, que reduziu sua quantia de 10 para 8 (oito), que foram justamente aqueles que ingressaram na categoria de Área de Rotatividade.

Enquanto isso, a área de perda segue com os mesmos 7 (sete) municípios em soma, mas não os idênticos do fluxo anterior, conservando apenas Barra de Santana, Serra Redonda e Umbuzeiro, de forma que os demais trocaram de categoria, antes qualificando-se como de Área de Retenção, como o caso de Aroeiras, Fagundes, Itatuba e Natuba. A troca ocorre à medida que tais municípios passam de saldo positivo (intrarregional) para saldo negativo (intraestadual) que, inclusive, teve como um dos maiores destaques negativos as localidades de Aroeiras e Itatuba.

Figura 7. Índice de Eficácia Migratória (IEM) intraestadual da e para a RMCG – 2005/2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010)

O olhar panorâmico sobre a dinâmica migratória da RMCG ressalta, em nível nacional (fluxo de longa distância), uma deficiência no saldo migratório que ultrapassa os 3.300 indivíduos, de modo que 12 municípios colaboraram para tal feito. Apesar disso, a visão mais centrada na região nordestina (fluxo de média distância) expressou uma relativa melhora nesse saldo, mas que ainda continua negativo (-669), além de trazer uma superioridade de municípios com saldo positivo (10). Entretanto, a piora no saldo migratório volta a ser destaque, quando se considera um cenário dentro do estado da Paraíba (fluxo de curta distância), manifestando significativo peso negativo migratório de 2.939 pessoas, reflexo de um quantitativo de 12 municípios dentro desse espectro deficitário. Então, ainda que não seja o cenário de mais positividade, o fluxo intrarregional é o que melhor ampara o referencial migratório, ainda que negativo, enquanto o cenário do fluxo inter-regional expressa o pior resultado.

As evidências teóricas e metodológicas relatadas até aqui mostram o grau de enquadramento da RMCG no tocante à resposta sobre se qualificar ou não como uma região metropolitana, de acordo com o respaldo da teoria e metodologicamente, restando claro que a perspectiva migratória da RM em questão é insuficiente, seja em aspectos de saldo migratório

negativo quanto na análise do IEM, muitas vezes sendo denominada como localidade que perde migrantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs analisar a dinâmica migratória na Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) durante o quinquênio de 2005/2010, tendo como principal objetivo averiguar sua relevância no tocante a atratividade ou perda de migrantes nos fluxos inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância).

No tocante à dinâmica migratória, tornou-se claro que a RMCG perde mais migrantes do que recebe, considerando os 3 (três) fluxos, inter-regional, intrarregional e intraestadual, marcando um saldo negativo de quase 7 (sete) mil pessoas. Sob a perspectiva do Índice de Eficácia Migratória (IEM), relatou-se que, a depender do saldo migratório e dos fluxos observados, a quantidade de áreas de perda e rotatividade se alteram, entretanto, os resultados não são animadores, tendo em vista que em todos os fluxos analisados, as áreas de perdas mantêm-se superiores as de retenção ou rotatividade.

Portanto, é difícil afirmar que a institucionalização da Região Metropolitana de Campina Grande esteve pautada em elementos econômicos e sociais de coalizão, uma vez que a desarmonia entre os entes constitutivos prioriza o ente administrativo central, não revelando elementos suficientes de dinamismo demográfico, econômico e ocupacional, bem como a relativa discrepância na atuação migratória, sendo insuficiente com relação à atratividade migratória, inclusive Campina Grande.

Espera-se que no futuro mais trabalhos nessa área possam elucidar a possível evolução do cenário nessa RM, ou confirmar um possível interesse político que, se aproveitando de um embaraço legislativo, resolveu instituir regiões metropolitanas desenfreadamente sem observar critérios objetivos pautados em estudos/pesquisas, ao invés de uma mera proximidade territorial.

5. REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana. Migração, migrações. **Ideias**, v. 2, n. 1, p. 31-41, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Distrito Federal-DF, 1988.

DOTA, Ednelson Mariano; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais (ANPUR)**, v. 21, p. 415-430, 2019.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. O estudo das metrópoles e regiões metropolitanas do Brasil: conciliação ou divórcio? p. 21-52, In. **Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. IPEA, Brasília-DF: IPEA, 2013.

FUSCO, Wilson. Regiões metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, p. 101-116, 2012.

LUCAS, Leonardo Azevedo Pampanelli; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Análise das migrações inter-regionais e intrarregionais nordestinas: novos paradigmas. **VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2016.

MORENO, Valdecir Teófilo; MOREIRA, Ivan Targino; QUEIROZ, Silvana Nunes. Fluxos migratórios paraibanos: síntese dos últimos 40 anos. **IN: Anais do VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2016.

MOURA, Rosa; DIÓCLES, Libardi; BARION, Maria Isabel. Institucionalização de Regiões Metropolitanas: qual o sentido? **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 111, p.129-143, 2006.

MULÍČEK, Ondřej; SEIDENGLANZ, Daniel; FRANKE, Daniel; MALÝ, Jiří. **Vymezení funkčního území Brněnské metropolitní oblasti a Jihlavské sídelní aglomerace**, 2013.

PARAÍBA. **Lei Complementar nº 92, de 11 de dezembro de 2009**, João Pessoa-PB, 2009.

_____. **Lei Complementar nº 95, de 09 de julho de 2010**, João Pessoa-PB, 2010.

_____. **Lei Complementar nº 106, de 08 de junho de 2012**, João Pessoa-PB, 2012.

_____. **Lei Complementar nº 118, de 21 de janeiro de 2013**, João Pessoa-PB, 2013.

QUEIROZ, Silvana Nunes; OJIMA, Ricardo; CAMPOS, Jarvis; FUSCO, Wilson. Migração em cidades médias do interior nordestino: a atração migratória como elemento distintivo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais - RBEUR**, São Paulo-SP, v. 22, p. 1-34, 2020.

QUEIROZ, Silvana Nunes de; SANTOS, José Márcio dos Santos. Saldos Migratórios: Uma Análise por Estados e Regiões do Brasil (1986-2006). **Revista Economica do Nordeste**, v. 42, n. 2, 2011.

RÍOS, Alberto Arellano. La definición jurídica del fenómeno metropolitano en el ámbito subnacional mexicano. **Opinión Jurídica**, v. 13, n. 26, p. 91-108, 2014.

RODRIGUES E SILVA, Caroline Medeiros; MARCOS DA SILVA, Emizael; MIRANDA, Livia Izabel de. Regiões metropolitanas da Paraíba: caracterização, implantação e processos de gestão. **Oculum Ensaíos**, v. 15, n. 1, p. 129-148, 2018.

SILVA, João Gomes da; NUNES, Erivelton de Sousa; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Brasil: migração inter-regional e intrarregional de retorno (1986/91, 1995/00 e 2005/10). **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 40, 2018.